

PROJETOS E REIVINDICAÇÕES QUILOMBOLAS: A COMUNIDADE DO MANDIRA EM CANANEIA/SP¹

Andrea Yumi Sugishita Kanikadan²

Paulo Eduardo Moruzzi Marques³

Rafael José Navas⁴

Resumo

Nossa abordagem consiste em discutir os significados renovados atribuídos ao papel quilombola, na comunidade do Mandira, localizada no município de Cananeia-SP, em grande medida alimentados pelos valores difundidos a partir do debate sobre a sustentabilidade. A exemplo das pesquisas efetuadas no Vale do Ribeira/SP entre 2007 e 2011 com apoio da FAPESP, os relatos aqui apresentados pretendem dar continuidade ao debate iniciado nestas pesquisas. Os projetos de desenvolvimento elaborados em torno de remanescentes de quilombo oferecem elementos nítidos para a reflexão sobre uma resignificação dos papéis atribuídos às comunidades quilombolas. Trata-se de uma releitura de seu modo de vida, com acentuada valorização de seus papéis sociais, ambientais e culturais, favorecendo seu reconhecimento social. Com efeito, as comunidades quilombolas entraram na agenda dessa discussão a partir do debate ambientalista internacional sobre a presença de grupos humanos em áreas de conservação ambiental. Dada a relativa proximidade aos centros urbanos, essas comunidades tem sido protagonistas nos conflitos de interesses, envolvendo preservação ambiental, promoção socioeconômica de comunidades locais e os interesses de grandes empresas do setor agrícola, industrial, imobiliário e/ou turísticos. De certa maneira, nota-se uma transformação do olhar dos próprios quilombolas sobre seu estilo de vida, fortalecendo seus meios de luta e sua participação ativa na sociedade. Assim, o artigo veicula uma análise de espaços públicos nos quais os projetos e reivindicações quilombolas circulam, bem como um exame dos conflitos locais entre perspectivas de desenvolvimento.

Palavras-chaves: Quilombolas, reconhecimento social, desenvolvimento sustentável, multifuncionalidade da agricultura

Introdução

Este artigo é parte de reflexões realizadas no âmbito do projeto de pesquisa “Projetos de desenvolvimento local em Paraty e Vale do Ribeira: impactos no bem estar e na conservação da

¹Este artigo é parte de reflexões realizadas no âmbito do projeto de pesquisa “Projetos de desenvolvimento local em Paraty e Vale do Ribeira: impactos no bem estar e na conservação de comunidades quilombolas”, financiado pela FAPESP: processo no. 2010/05115-2.

²Doutoranda na área Ambiente e Sociedade do Programa de Pós-Graduação Interunidades (ESALQ-CENA/USP) em Ecologia Aplicada: andreak@usp.br

³Professor Doutor do Departamento de Economia, Administração e Sociologia da ESALQ e da área ambiente e sociedade do Programa de Pós-Graduação Interunidades (ESALQ-CENA) em Ecologia Aplicada, ambos da Universidade de São Paulo: pmarques@usp.br

⁴Doutorando na área Ambiente e Sociedade do Programa de Pós-Graduação Interunidades (ESALQ-CENA/USP) em Ecologia Aplicada: navas_rj@yahoo.com.br.

biodiversidade de comunidades quilombolas”, financiado pela FAPESP.

Na comunidade quilombola de Mandira considerada em nosso estudo, um relatório técnico científico - RTC (Turatti, 2002) demonstra a existência de uma “nova auto-identificação positiva e plena de orgulho e cidadania”. Em termos legislativos, dois aspectos favoreceram tal transformação: a inclusão na Constituição de 1988 do artigo 68, das disposições transitórias de direitos territoriais aos remanescentes de quilombos e o decreto 6.040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Nesse sentido, a realização desta investigação teve como ponto de partida o Subprograma Projetos Demonstrativos do Ministério do Meio Ambiente (PD/A-MMA). Nosso objetivo consiste em elaborar interpretações sobre iniciativas recentes de acesso a recursos públicos para viabilizar projetos de desenvolvimento local na comunidade quilombola de Mandira, localizada no Vale do Ribeira, município de Cananeia.

Assim, serão exploradas as referências associadas à noção de desenvolvimento territorial, especialmente aquela elaborada por Pecqueur (2005), pois trata de uma dimensão de desenvolvimento local considerando relevante o elemento diferenciador, o território. Ademais, essa releitura de seus modos de vida será apoiada sobre as discussões em torno da multifuncionalidade (Carneiro e Maluf, 2003) da agricultura. Trata-se de lançar luzes sobre os novos papéis atribuídos aos quilombolas no desenrolar de suas atividades econômicas. Nossa hipótese admite que o reconhecimento das especificidades territoriais favorece o desenvolvimento com liberdade (Sen, 2000) e a participação social (Dagnino, 2002).

Trajetória quilombola: Da marginalidade ao reconhecimento

A trajetória histórica da presença quilombola, em diversas regiões do Brasil, permite discutir as marcas profundas da exclusão social nas populações negras do país. Os primeiros afro-descendentes que se instalaram em tais regiões chegaram como escravos, a força de trabalho predominante no Brasil colonial e imperial.

No Vale do Ribeira, sul do estado de São Paulo, sua presença data o século XVIII. Para conseguir a obediência e dedicação dos escravos, quando estes se rebelavam, seus proprietários e donos de terra comprometiam-se a lhes deixar suas terras após a morte, como um legado com cláusula de inalienabilidade. Desta forma, as terras não podiam ser vendidas, consistindo em doação por herança. Este caso pode ser constatado em Ivaporunduva (Queiroz, 2006). Mesmo assim, muitos negros foram expulsos ou removidos dos lugares que lhes foram legados.

Cabe destacar as reflexões realizadas por Leite (2004) e Moruzzi-Marques (2010) sobre o fenômeno de doação de bens aos cativos. Em um primeiro olhar, pode-se construir o mito do “bom patrão”, porém, é necessário uma análise mais profunda. Em estudos realizados no Rio Grande do

Sul, Leite (2004) destaca que a doação de terras e promessas de liberdade, revelam formas de obter a lealdade e dedicação. Paulo Eduardo Moruzzi-Marques (2010) aposta na probabilidade de existirem terras inexploradas em abundância, o que permitia incluir no cálculo das explorações econômicas estas doações sem maiores preocupações.

De toda maneira, o fim do cativeiro nas comunidades do Vale do Ribeira levou os quilombolas a sobreviver por meio da subsistência. A base de sustentação econômica dessas comunidades apoiava-se principalmente nas atividades agrícolas, extrativistas, mercantis, mineradoras, pastoris e de serviços. A atividade agrícola caracterizava-se pelo cultivo em família, em terras abundantes e férteis da região, do arroz, feijão, milho, mandioca, cana-de-açúcar e banana, complementadas com a pesca abundante e a caça, praticadas ainda hoje. Os excedentes eram comercializados, mantendo-se assim relações comerciais com os pequenos mercados de proximidade ou com os comerciantes que passavam próximo aos sítios vizinhos.

Assim, considerando-se a trajetória quilombola e as novas abordagens de desenvolvimento, apresentamos a seguir os projetos e reivindicações quilombolas com o caso da Estruturação da Reserva Extrativista do Mandira. Trata-se de resultados preliminares obtidos a partir de análise documental e entrevistas realizadas com membros da comunidade Mandira, entre os meses de agosto de 2011 a janeiro de 2012, com 20 casais de um total de 24 famílias. As entrevistas foram seguidas da observação participante, com o acompanhamento das atividades diárias realizadas pela comunidade.

Projetos e reivindicações quilombolas

A comunidade do Mandira iniciou seu pedido de reconhecimento como comunidade quilombola na década de 90 e, a partir disso, começou a acessar recursos públicos com o apoio de diferentes organismos do governo de São Paulo e da USP (Sales e Maldonado, 2000). Paoliello (2007) destaca o papel do Estado que, embora não seja o único agente implicado na tarefa, tem a missão de “intervir, colocar as instituições políticas a serviço da sociedade e elaborar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento de grupos desfavorecidos”. Por sua vez, Evelina Dagnino (2002) descreve os benefícios que a atuação conjunta com o Estado pode trazer à comunidade: além da sobrevivência material, o aumento da própria capacidade de intervir no espaço público, o prestígio que vem do reconhecimento estatal e a maior presença na mídia.

A história do quilombo remonta a 1868, quando o patriarca da família, Francisco Mandira, recebeu cerca de 2.880 hectares em doação de sua meia irmã Celestina Benícia de Andrade. Era filho de uma escrava com o fazendeiro Antônio Florêncio de Andrade, dono da fazenda que existia no local onde hoje está a comunidade. Após a morte de Francisco, seus filhos Antônio Vicente e João Vicente dividiram entre si os cerca de 1.200 alqueires (2.900 hectares) que compunham o

“Sítio Mandira” original. Por um lado, a família de Antonio Vicente vendeu aos poucos suas terras e, por outro lado, João Vicente casou-se com Maria Augusta e teve dez filhos. Ou seja, é desta parte da família e de seus descendentes que se origina a comunidade Mandira atual (Turatti, 2002).

À época da doação, a atividade principal da comunidade era a agricultura, com atividades concomitantes como a exploração dos recursos naturais localmente disponíveis. A seguir, houve a exploração comercial de determinado recurso de forma predominante, desde produtos agrícolas (arroz, mandioca e milho), seguidos do guanandi, do palmito e da caixeta, chegando à exploração de ostras, atividade realizada desde os anos 1970 (Sales e Moreira, 1996).

As mudanças mais recentes foram em muito provocadas pelas imposições presentes na legislação ambiental. De acordo com Turatti (2002), na década de 70, a situação teve um agravante quando grande parte da comunidade vendeu suas terras e ao mesmo tempo foram obrigados a abandonar os solos mais férteis, em razão da proteção ambiental. A área para cultivo tornou-se pequena e em solos de qualidade inferior àqueles que tinham disponíveis. A exploração e comercialização de ostras foi a alternativa, constituindo-se na atividade produtiva mais importante dos moradores locais.

O cultivo de ostra se desenvolve graças às demandas de um francês, que tornou-se comprador da produção da comunidade. Cerca de 5 anos depois, outro comprador inicia a procura da ostra “desmariscada”, ou seja, já retirada da concha. Assim, outros compradores se apresentam pouco a pouco (os atravessadores), o que fez com que a extração aumentasse, passando a ser necessário sofisticar as técnicas de “desmariscagem” (Turatti, 2002).

A forma como a ostra era “desmariscada” e comercializada era considerada ilegal, pois eram extraídas de maneira pouco controlada, com risco de super-exploração dos bancos naturais, além de não atenderem às exigências sanitárias, caracterizando-se como atividade predatória (Maldonado, 1999 apud Turatti, 2002). Ademais, a região estava sendo palco da exploração predatória praticada por grupos coletores vindos de outras regiões (Moreira, 2000), o que favoreceu a organização social dos moradores em torno do manejo da produção de ostras.

Assim, em 1996, o Subprograma Projetos Demonstrativos (PD/A-MMA) foi implementado na comunidade. Tratava-se de um Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais (PPG7), negociação e parceria entre o governo brasileiro, organismos de cooperação internacional, organizações não-governamentais e movimentos sociais da Amazônia (GTA) e Mata Atlântica (RMA), sob a responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente. Seus principais objetivos foram: “demonstrar por meio de experiências inovadoras a possibilidade efetiva de construção, em bases socioambientais, de estratégias de promoção do desenvolvimento sustentável e, a partir dos aprendizados produzidos por estas experiências, estimular a formulação de políticas públicas que contribuam para a difusão e incorporação destas estratégias por outras comunidades, organizações e

instituições governamentais” (MMA, 2009). Os recursos foram direcionados a projetos divididos em 2 (duas) fases. A primeira fase do PD/A funcionou como um teste, quando se pôde perceber todos os acertos e erros que seriam corrigidos na fase seguinte. Assim, a segunda fase levou em conta todo o acúmulo de aprendizados gerado, as orientações da política ambiental e o papel da sociedade civil (MMA, 2009).

Foi dentro deste quadro que o PD/A-MMA, em sua fase I, reforçou o papel da Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Bairro Mandira (REMA). Em primeiro lugar, houve a elaboração um plano de desenvolvimento comunitário, buscando a participação quilombola. Sobre a organização social em Mandira, Paoliello (2007) destaca a força da associação de moradores, que precisam se juntar para ter acesso a terra; os projetos de desenvolvimento local servindo como políticas da diferença. Num quadro de dilemas em torno da ação coletiva, o diálogo com a antropologia favorece o entendimento dos resultados de orientações culturais e a relação entre atores sociais e agências públicas responsáveis pela implementação das políticas de desenvolvimento local. Renata M. Paoliello (2007) e Amartya Sen (2000) destacam que a participação é parte do processo de desenvolvimento. A participação social leva as pessoas a influenciar no processo de tomada de decisões. A participação é fortalecida pelos questionamentos endereçados aos agentes políticos tradicionais, que funcionam mais como instrumento de reprodução de dominação política e menos como representante de interesses sociais (Silva e Schneider, 2004). Paulo Eduardo Moruzzi-Marques e Georges Flexor (2007) enfatizam que a participação social e as ideias em torno do desenvolvimento sustentável permitem o fortalecimento de prescrições participativas, ao considerar o conhecimento local como essencial para a concepção de projetos fundados na valorização dos recursos disponíveis. Evelina Dagnino (2002) enfatiza a importância de “canais de expressão e defesa de reivindicações de direitos” de modo que a sociedade passe a reconhecê-los, ainda que o reconhecimento não represente medidas concretas.

Durante o processo de execução do projeto PD/A-MMA, a Associação atuou na criação da Reserva Extrativista do Bairro Mandira e na consolidação da criação intensiva de ostras na comunidade. A reserva permitiu diminuir muito os riscos em torno da reprodução dos estoques de ostras.

A quantidade de ostras retiradas mensalmente de seu meio natural já estava bastante próxima da capacidade máxima de exploração, fato este que era agravado pela continuidade de extração de ostras de dimensões reduzidas (para venda na forma desmariscada). Dessa forma, havia dificuldade de reposição dos estoques naturais, em razão da considerável diminuição no ambiente de indivíduos sexualmente maduros para a reprodução.

Foram intensificados os trabalhos para otimização da produção e agregação de valor à mercadoria, com a instalação de viveiros de engorda de ostras em áreas de mangue com resultados

imediatos: as ostras dos viveiros apresentavam melhor aparência, podendo alcançar preços mais elevados na comercialização, permanecendo mais tempo em seu meio natural, o que possibilita mais tempo para a reprodução (Plano de Manejo, 2010). Os resultados observados permitiram a legalização da reserva extrativista, a construção de estação depuradora e estruturação de comercialização de ostra (PD/A, 1996).

Em 1997, a constituição da Cooperativa dos Produtores de Ostra de Cananéia (Cooperostra) tornou-se um marco deste projeto, abrangendo outras comunidades em torno da ostreicultura. As ostras cultivadas, assim como os mariscos e caranguejos coletados, são vendidos para a Cooperostra e para atravessadores. Tal evolução favoreceu especialmente os procedimentos para consolidar a legalização da reserva extrativista e sua estruturação enquanto espaço considerado de produção sustentável. Assim, a reserva foi criada oficialmente em 2002, com aproximadamente 1.175 hectares, vizinha à área quilombola. Portanto, trata-se de uma sobreposição de reserva extrativista com área de uso quilombola, abrangendo ecossistemas marinhos, estuarinos e manguezais (Santos e Tatto, 2008; Moruzzi-Marques, 2010).

A ênfase no território, resgatando seus recursos locais, é discutida por Pecqueur (2005) no conceito de desenvolvimento territorial, como o mais adequado para nos referirmos ao local. De acordo com este autor, “o desenvolvimento territorial designa todo o processo de mobilização dos atores que leve à elaboração de uma estratégia de adaptação aos limites externos, na base de uma identificação coletiva com uma cultura e um território”. Considera importante a existência das políticas públicas, mas mesmo assim deve estimular e mobilizar os atores na construção de suas estratégias, dando ênfase ao território, de modo que reorganizem a economia local, com “recursos próprios ao território que permitirão a este se diferenciar em relação a seu vizinho”.

Na fase II, buscou-se a estruturação da reserva extrativista, visando a gestão ambiental sustentada e a melhoria das condições de vida da comunidade, por meio da educação, do desenvolvimento e da diversificação das atividades geradoras de renda. Para tanto, foi estabelecido um plano de manejo, que envolveu a participação de toda a comunidade, com a execução de reparos na sede, montagem de um escritório e manutenção da associação, fortalecimento institucional da associação dos moradores. Esta última consiste em ações voltadas ao treinamento em informática, administração e gestão, elaboração de um arquivo cultural, fortalecimento da identidade quilombola, fortalecimento das atividades de costura e artesanato já desenvolvidas na comunidade e estruturação do ecoturismo.

Discutido longamente e concluído em 2010, o plano de manejo representa um dos principais produtos gerados pelo PD/A-MMA. Previamente, foi criado um conselho deliberativo, em 2004, por iniciativa de técnicos de dois projetos⁵ então vigentes, um deles o próprio PD/A. Houve um

⁵Projetos “*Gestão Participativa para o Uso dos Recursos Pesqueiros no Complexo Estuarino-lagunar de Iguape*,”

processo de articulações entre a comunidade beneficiária da reserva e seus parceiros, para a constituição deste fórum. Desde então, o Conselho Deliberativo redigiu e aprovou seu regimento interno, em maio de 2005, e aprovou o Plano de Utilização da Reserva, bem como a composição de um Grupo de Trabalho para acompanhamento da elaboração do Plano de Manejo. Neste contexto, houve a divulgação das restrições de usos na área da reserva a pescadores profissionais e amadores, a solicitação das providências para agilização do processo de emissão de licenças exclusivas de pesca e coleta de crustáceos e moluscos aos beneficiários da unidade e o encaminhamento de petições tanto para a concessão do direito real de uso da área às famílias locais, quanto para agilização da regularização da área quilombola e para melhoria dos serviços e estruturas sociais dos bairros do entorno (Plano de Manejo, 2010).

O plano de manejo define tanto os tamanhos mínimos e máximos de retirada da ostra do manguezal, como os limites em que os coletores podem extrair as ostras do mangue, prevendo esquemas de fiscalização para situações que eram frequentes: roubos nos viveiros e extração de ostras dentro da área da reserva por coletores externos. Em 2005, houve um novo estudo de estoque, realizado pelo Instituto de Pesca, que a partir da institucionalização da Cooperostra passou a realizar o controle de estoques da ostra. A queda significativa da população total de ostras na área da reserva trouxe muita preocupação. As discussões sobre os resultados da pesquisa, conduzidas pelo Conselho Deliberativo, ICMBio e equipes técnicas do Projeto PD/A-MMA e do Instituto de Pesca (reforçada com a própria constatação dos extrativistas sobre a queda), levaram a uma mudança de comportamento quanto às formas de coleta e comercialização de ostras, explícitas no Plano de Manejo de 2010. Estes crustáceos extraídos do mangue devem ter dimensões entre 5 e 10 centímetros, as ostras imersas devem ser deixadas no mangue para que constituam bancos de reprodução perenes, o defeso anual da ostra (dezembro a fevereiro) deve ser respeitado e todos os produtores devem possuir viveiros de engorda, onde as ostras devem ser dispostas por algum período antes da comercialização. Os ostreicultores concordam em não vender mais a ostra desmariscada evitando as pressões sobre os estoques. Por outro lado, a maioria concorda em comercializar seus produtos por meio da Cooperostra. Estudos mostram que a área da reserva se recuperou em menos de 2 anos e permite que os coletores garantam sua sobrevivência, trabalhando em média quatro dias por semana (Plano de Manejo, 2010).

Além dos recursos advindos do projeto PD/A-MMA, outros fundos financeiros beneficiam a comunidade, tais como aqueles oriundos de (Turatti, 2002): Projeto de Execução Descentralizada (PED) Ministério do Meio Ambiente, Shell do Brasil S.A., Fundação Florestal, Prefeitura da

Cananéia e Ilha Comprida e Área Costeira Adjacente” financiado pelo FNMA/MMA e conduzido pelo Instituto de Pesca e “*Estruturação da Reserva Extrativista do Mandira*”, financiado pelo PDA/MMA, e proponente a Associação da Reserva do Mandira.

Estância Balneária de Cananéia, NUPAUBUSP/FINIDA/Fundação Ford e ONG Visão Mundial.

Com as novas demandas de conservação da biodiversidade, as atividades praticadas por tais comunidades em termos de uso sustentável dos recursos naturais passaram a ser vistas como fundamentais à conservação, tornando-se gradualmente essenciais para a reprodução social dessas comunidades.

Além das práticas do passado, que visavam garantir a subsistência, a reprodução social quilombola nos dias atuais ocorre em situação de não-isolamento. Trata-se de comunidades inseridas em espaços rurais, cuja dinâmica de produção depende em muito da sustentabilidade da atividade agrícola, considerando sua relação com o território e a natureza. Cabe ressaltar que, para nossos interlocutores, a comunidade, é bastante claro que muitas das atividades fomentadas pelo projeto PD/A-MMA, não propriamente agrícolas fundam-se no uso sustentável dos recursos naturais, como é o caso do artesanato com cipós, madeira, sementes, todos extraídos do entorno. Porém, o projeto PD/A-MMA privilegiou cursos de corte e costura, uma grande parcela das mulheres realizando trabalhos desta natureza, que não explora a biodiversidade local, sendo indiferenciador. Maria Cecília M. Turatti (2002) mostra que os cursos de corte e costura foram inicialmente concebidos para a produção das próprias roupas dos moradores da comunidade com vistas a constituir fonte de renda para a comunidade. Dessa forma, a concepção desta atividade foi orientada pela ideia de obtenção de renda localmente pelas mulheres de forma paralela ao cultivo de ostra e outras atividades.

Outra atividade bastante presente é aquela intitulada Recepção à Visitação Turística e Educacional, fomentado pelo PD/A-MMA graças a cursos relacionados à atividade turística, conforme consta na ficha do projeto (MMA, 2009). A visita tem caráter educativo e suas atividades se apóiam no cultivo de ostras enquanto principal atrativo, com visitas ao mangue e aos parques de engorda das ostras, degustação deste alimento, trilhas ecológicas e artesanato. Tudo valoriza atividades que, ao mesmo tempo, oferecem renda (de tal modo que os jovens parecem preferir permanecer com a família) e preservam os manguezais (Moruzzi-Marques, 2010).

Autores contemporâneos, como Carneiro e Maluf (2003) entendem que uma “concepção do desenvolvimento sustentável no âmbito da agricultura e do meio rural”, (...) “contrária às ideias da agricultura produtivista”, pode ser denominada de multifuncionalidade da agricultura e “chega como perspectiva inovadora do desenvolvimento rural”. Nota-se em grande medida que tal concepção é praticada na comunidade quilombola do Mandira. Trata-se de um traço que vem se reproduzindo ao longo dos anos, ajustando-se gradualmente às mudanças na sociedade.

A multifuncionalidade “rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais: conservação dos recursos naturais, do patrimônio natural e da qualidade dos alimentos”. Essa nova concepção pretende ampliar o papel da agricultura na análise do desenvolvimento local. Ademais, a

multifuncionalidade procura “responder a questões que vão desde a natureza do processo produtivo agrícola e seus impactos socioambientais até a dinâmica de reprodução das famílias rurais e de ocupação do espaço social agrário”. Assim, em linhas gerais, seriam 4 (quatro) as dimensões principais abrangidas pelo enfoque da multifuncionalidade da agricultura nos estudos realizados no Brasil: a) dinâmica de reprodução das famílias e comunidades rurais; b) características técnico-produtivas e sustentabilidade da atividade agrícola; c) questões de identidade, integração social e legitimidade relativas às famílias rurais; d) relações com o território e com a natureza (Maluf, 2003).

Moruzzi e Flexor (2007) veem ainda os estudos sobre a multifuncionalidade da agricultura “como meio de análise de políticas públicas, em termos de sua capacidade de promover as múltiplas funções associadas à agricultura”. Pesquisas realizadas ao longo da década de 1990 revelaram a existência de um outro rural, marcado, em particular, pelo crescimento das atividades rurais não agrícolas (Graziano da Silva, 2002).

A conciliação entre produção e preservação alcançada pela comunidade de Mandira contribui com um olhar favorável para as práticas quilombolas, como nova concepção de desenvolvimento, que o define como “a expansão das liberdades humanas” (Sen, 2000). Esta expansão consiste em liberdade política, facilidades econômicas, oportunidades sociais, poder de decisão (*empowerment*) e segurança protetora. As formas de privação estão relacionadas a processos e oportunidades, que não dizem respeito unicamente a questão de renda. No caso da comunidade do Mandira, observou-se que a renda média gira em torno de um salário mínimo. Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento.

O que é muito interessante em Amartya Sen (2000) é que, ao se referir à perspectiva da liberdade, cita as relações entre rendas e realizações, entre mercadorias e capacidades, entre nossa riqueza econômica e nossa possibilidade de viver do modo como gostaríamos. Essa perspectiva baseada na liberdade apresenta uma semelhança genérica com a preocupação comum com a qualidade de vida, a qual também se concentra no modo como as pessoas vivem e até mesmo nas escolhas que tem, e não apenas nos recursos ou na renda de que elas dispõem. No bairro de Mandira, o que se nota é que, tendo o direito à terra, as pessoas desejam continuar na comunidade e exercer atividades econômicas resultantes do uso dos recursos naturais provenientes de seu entorno, não desejando se submeterem aos trabalhos precários oferecidos nos centros urbanos. Ao mesmo tempo, é possível obter renda para adquirir os bens de consumo mais frequentemente encontrados no meio urbano, como carro, moto, aparelhos de telefonia celular. É importante destacar que essas aquisições podem muito estar relacionadas ao fato de que quando lhes foi perguntado o que faltava na comunidade, as respostas mais frequentes foram: melhoria do transporte público e necessidade

de um telefone público local. Nossa interpretação é que a escolha por permanecer na comunidade, está relacionada cada vez mais a um reconhecimento de novos papéis socioambientais dos quilombolas. Porém, existem aqueles que saíram sobretudo por duas razões: obtenção de uma renda mais alta que aquela com a ostra e a possibilidade de realizar um trabalho menos insalubre (ir ao mangue em dias de chuva e levar picadas de mosquitos foram alguns relatos dados pelos entrevistados).

Para aqueles que permaneceram na comunidade, o desenvolvimento pode ser ligado à sua “definição como o processo sustentável de melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo.” Ou também o que Korten (citado em Pieterse, 1998) define como desenvolvimento: “o processo pelo qual os membros de uma sociedade aumentam suas capacidades pessoais e institucionais de mobilizar e gerenciar recursos para produzir melhorias sustentáveis e justamente distribuídas nas suas qualidades de vida, consistentes com suas próprias aspirações” (Maluf, 2000). Em Mandira, os relatos ainda mostram que a abertura da comunidade às novas pessoas, com o turismo, tem sido muito importante para o desenvolvimento humano. Membros da comunidade rememoram momentos engraçados quando os primeiros visitantes estiveram na comunidade. Igualmente lembram de como é representar a comunidade em ocasiões diversas, seja no entorno, ou em locais mais distantes, onde se faz necessário, por exemplo, voar de avião (alguns tiveram a oportunidade de ir ao exterior).

Anteriormente, o grupo estava submetido ao isolamento e discriminação. Maria Cecília M. Turatti (2002) revela que o termo “mandirano” era utilizado para desqualificar ou ofender pessoas, dado o preconceito da sociedade dominante: negros, pobres e camponeses. Seriam incapazes de sucesso social na ideologia de progresso e consumo da sociedade branca dominante. Hoje, nota-se um incremento do autoreconhecimento étnico em uma relação de inclusão e aceitação pelo outro.

Considerações finais

Nosso trabalho procurou evidenciar os significados renovados atribuídos ao papel quilombola, em grande medida alimentados pelos valores difundidos a partir do debate sobre a sustentabilidade. A criação de espaços públicos, nos quais os projetos e reivindicações quilombolas circulam, impregnados de uma nova concepção de desenvolvimento, favorece essa ressignificação.

Consideramos a importância do Estado, com o fomento de políticas públicas que envolvam a participação dos atores locais, o que torna relevante a análise do projeto PD/A-MMA. Trata-se de iniciativa que busca a participação dos atores locais nas escolhas do projeto, o que permite lembrar as abordagens de desenvolvimento territorial de Pecqueur (2005) e de participação de Paoliello (2007).

As estratégias de reprodução social, adotadas pela comunidade Mandira, com a criação e estruturação da Reserva Extrativista em torno de um plano de manejo, bem como as atividades associadas permitem a reflexão sobre a importância das políticas públicas. O caso da Reserva Extrativista do Bairro Mandira permite pensar na confluência de órgãos financiadores e instituições apoiando as iniciativas em torno da comunidade. O caso do Instituto de Pesca no controle de estoque de ostra, favorecendo um maior conhecimento dos recursos públicos disponíveis e entidades de assistência técnica demonstram essa confluência. São importantes também pois possibilitaram a constituição de um conselho, estimulando a participação da comunidade e o contato com entidades de apoio.

É possível interpretar que o conhecimento adquirido nestas relações de empoderamento é favorável ao desenvolvimento com liberdade, como proposto por Amartya Sen (2000).

O projeto PD/A-MMA analisado tem caráter piloto, ou seja, analisar experiências pontuais para elaborar políticas globais. Um dos caminhos sugeridos por Sen (2000), são as políticas públicas, que visem o aumento das capacidades humanas e das liberdades substantivas em geral.

O projeto PD/A-MMA permitiu a mobilização da comunidade em torno de objetivos comuns, com o processo embrionário de participação social. De fato, suas ações buscaram a participação de todos, mas obtivemos relatos descontentes. De todo modo, é interessante destacar a própria concepção do PD/A, em favor da participação. A efetivação desta última é, com efeito, muito complexa.

Seja como for, é importante considerar que a comunidade tem muitas carências, como acesso ao saneamento básico e saúde, o que torna tais projetos essenciais para o favorecimento de melhorias na qualidade de vida comunitária. As reflexões empreendidas por Evelina Dagnino (2002) permitem pensar na inexistência da “verdadeira política pública” aquela que possa ter um sentido universalizante e atender a todas as aspirações da população. As políticas tem seu caráter local, fragmentado, pontual, provisório, limitado. Aos pesquisadores interessa também salientar aspectos positivos. No caso do PD/A-MMA, nossa interpretação leva a considerar sua importância na ressignificação do papel socioambiental quilombola, nas suas escolhas de liberdade, aspecto que ainda será mais explorado nas próximas etapas de nosso trabalho.

Referências bibliográficas

CARNEIRO, M. J. e MALUF, Roberto S. (2003). Introdução. In: CARNEIRO, M. J. e MALUF, R. S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2003. p. 17-27.

DAGNINO, E. (2002). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra.

GRAZIANO da SILVA, J.; GROSSI, M.del; CAMPANHOLA, C. (2002). O que há de realmente novo no novo rural brasileiro? **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v.19, n.01, p. 37-67, jan/abr.

ICMBio. (2010). **Plano de Manejo Participativo Reserva Extrativista do Mandira**. Cananéia/São Paulo.

LEITE, Ilka Boaventura. (2004). **O legado do testamento**: a comunidade de Casca em perícia. Porto Alegre, Editora da UFRGS.

MALUF, Renato. (2003). A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira. In: CARNEIRO, Maria J. e MALUF, Renato. (Org.) **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

MALUF, R. S. (2000). "Atribuindo sentido(s) à noção de desenvolvimento econômico." **Estudos Sociedade e Agricultura** 15(outubro): 53-86.

Ministério do Meio-ambiente. (2009). Disponível em <<http://www.mma.gov.br/ppg7/pdpi/>>. Acesso em 3 de março de 2009.

MOREIRA, A. C. C. (2000). **Reserva Extrativista do Bairro de Mandira**: a viabilidade de uma incerteza. São Paulo, Annablume, FAPESP.

MORUZZI MARQUES, P. E. (2010). O reconhecimento social quilombola em questão: estudo de casos no Vale do Ribeira. In: **VIII Congresso Latinoamericano de Sociología Rural, 2010**, Ipojuca/PE. América Latina: realineamientos políticos y proyectos en disputa. Recife/PE : ALASRU, 2010.

MORUZZI MARQUES, P. E. and G. FLEXOR (2007). "Conselhos municipais e políticas públicas de desenvolvimento rural: questões em torno do debate sobre os papéis sociais e ambientais da agricultura." **Cadernos do CEAM** (UnB) 7: 45-66.

MORUZZI MARQUES, Paulo Eduardo; NAREZI, Gabriela; HADDAD, Cecília.; CHAHIN, Carla Bueno (2009). "Communautés quilombolas et agriculture de subsistance: dialogue avec l'oeuvre de Josué de Castro". In: **Colloque Josué de Castro dans le XXI siècle**. Paris: Alimentation, environnement et santé: l'actualité de l'oeuvre et de la pensée de Josué de Castro (1908-1973), 2009.

PAOLIELLO, R. M. (2007). Remanescentes de quilombos: redes sociais e processos políticos. **Perspectivas**, São Paulo 32(jul/dez): 127-159.

PECQUEUR, B. (2005). O desenvolvimento territorial: uma nova abordagem dos processos de desenvolvimento para as economias do sul. **Raízes** 24(1 e 2 (jan/dez)): 10 a 22.

PIETERSE, J. N. (1998). "My Paradigm or Yours? Alternative Development, Post-Development, Re-exive Development." **Development and Change**. Institute of Social Studies. Published by Blackwell Publishers Ltd, Vol. 29 (1998),: 343±373.

SALES, Renato Rivaben & MALDONATO, Wanda Passos. (2000), A reserva extrativista estadual do bairro Mandira e o ordenamento da exploração de ostras em Cananéia/SP. In DIEGUES, Antonio Carlos & VIANNA, Virgílio (org.). **Comunidades tradicionais e manejo dos recursos naturais da Mata Atlântica**. São Paulo, NUPAUB/USP e Piracicaba, ESALQ/USP, pp. 179-190.

SALES, Renato J. R. e MOREIRA, André C. C. (1996). Reservas Extrativistas no Complexo Estuarino-Lagunar de Iguape e Cananéia – Domínio Mata Atlântica. Série: **Documentos e Relatórios de Pesquisa**, nº 22, São Paulo, Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras da Universidade de São Paulo (NUPAUB-USP), 1996.

SANTOS, K. M. P. D.; TATTO, N. (2008). **Agenda socioambiental de comunidades quilombolas do Vale do Ribeira**. Instituto Socioambiental.

SEN, Amartya (2000). **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras.

SILVA, Marcelo Kunrath; Schneider, Sergio (2004). A participação dos agricultores nas políticas de desenvolvimento rural: a experiência recente dos Conselhos Municipais e os impactos do PRONAF – Infra-estrutura e Serviços. In: SCHNEIDER, S; SILVA, M. K.; MARQUES, P. E. M. (Org.). **Políticas Públicas e Participação Social no Brasil Rural**. Porto Alegre.

QUEIROZ, Renato da Silva. (2006). **Caipiras negros no Vale do Ribeira: um estudo de antropologia econômica**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo

TURATTI, M. C. M. (2002). Relatório técnico-científico sobre os remanescentes da comunidade de quilombo de Mandira/Cananeia-SP.